

MILLENNIUM SNAPSHOTS SETORIAIS PRR

OPORTUNIDADES DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

Construção
e Obras Públicas

Millennium
bcp Empresas
aqui consigo

EDITORIAL

O plano para relançar a economia



João Nuno Palma
Vice-Presidente da
Comissão Executiva

*Eis aqui, quase cume da cabeça
De Europa toda, o Reino Lusitano,
Onde a terra se acaba e o mar começa (...)*

Luís de Camões

O PRR – Plano de Recuperação e Resiliência é apenas uma parte do conjunto dos fundos que a União Europeia tornará acessíveis a Portugal nos próximos anos, com o objetivo imediato de reagir à crise pandémica, através de respostas articuladas para a reanimação económica e a criação de emprego, atendendo simultaneamente a problemas estruturais que se aguardam há vários anos.

O PRR não pode, por isso, ser encarado como um instrumento isolado e independente da reprogramação em curso no Portugal 2020, nem divorciado do próximo QFP – Quadro Financeiro Plurianual que vigorará até ao fim da década. O Plano encerra em si mesmo algumas conexões para o magno objetivo da dupla transição climática e digital.

Parece, assim, que a harmonia completa tem de ser complementada com as dotações anuais de investimento do



orçamento de Estado, bem como com o envelope financeiro final contratualizado para o Portugal 2030, aos quais ainda se podem associar, de forma adjacente e casuística, os programas que a Comissão Europeia gere na área da Ciência, como o Horizonte Europa (no apoio à investigação e à inovação) ou na área da Cultura, com o Europa Criativa.

Em suma e resumindo, os próximos cinco anos, até final de 2026, concentrarão uma disponibilidade financeira excepcional, e sem precedentes, para o desenvolvimento económico e social do nosso país, correspondente a mais de 48 mil milhões de euros de um total superior a 61 mil milhões de euros.

O PRR constitui-se como a fase seguinte aos apoios iniciais desenvolvidos para atenuar a dimensão da crise de 2020 – quer por via das garantias de Estado, quer por via das moratórias – às situações de emergência económica e social vividas em plena pandemia.

O CAPEX Público previsto para investimento na aquisição de bens e serviços (obras públicas e equipamentos, entre

outros) será de, aproximadamente, 10 mil milhões de euros, orientado para o estímulo da procura, com efeitos multiplicadores no crescimento económico.

Porém, face aos robustos objetivos dessa agenda PRR, a atual formulação do tecido empresarial pode, em alguns casos, não se ajustar às ambições aí consagradas, pelo que é muito atendível que a dimensão de alguns investimentos aconselhe e estimule processos de cooperação empresarial.

Esse é um dos grandes desafios do PRR: o desenvolvimento de parcerias e associação conferirá mais valor às oportunidades que aí se identificarem, seja pela dimensão ou pela especificidade, cabendo ao Estado proporcionar essas condições e às empresas organizarem-se para corresponder a esta intervenção excecional.

Atendendo ao volume dos montantes envolvidos, mas também ao espaço de tempo disponível para a concretização do PRR, é desejável que a tramitação dos avisos de concurso seja simplificada, com estruturas ágeis, rápidas nos processos de avaliação de candidaturas e uma conseqüente fluidez nos processos de decisão e contratação.



Sendo certo que estes serão programas fortemente escrutinados, até pela experiência consolidada, sabe-se que a *Governance* do PRR, na área da coordenação técnica e de gestão, será assumida por uma estrutura de missão, e que a sua execução será contratualizada com agências e organismos públicos.

Neste contexto, no Millennium bcp, acreditamos genuinamente na parceria que podemos construir com os nossos Clientes, mas também na capacidade conjunta de ultrapassar este desafio extraordinário e singular!

Com estes *Snapshots* Setoriais PRR desejamos contribuir para que os empresários e gestores possam tomar decisões ainda melhor fundamentadas, contando para isso com as Equipas do Banco, como um parceiro que conhece bem a economia e está preparado no serviço que presta aos Clientes.

Pela nossa parte - no Millennium bcp - estamos comprometidos com as prioridades de mudança estrutural da economia portuguesa e no reforço do tecido empresarial, centrados na capitalização e robustez dos balanços das empresas, no redimensionamento empresarial, no incremento da inovação e no fortalecimento da capacidade exportadora.

Acreditamos que o contexto do pós-pandemia será fortemente desafiante.

Estando o Millennium bcp fortemente comprometido com a nossa economia e com o sucesso da sua evolução, e sendo o PRR e o QFP programas transformacionais cuja implementação e boa execução pelos nossos Clientes é também uma prioridade para o Banco, estaremos assim ativos e empenhados nas candidaturas das Empresas a atuar em Portugal aos programas referidos.

Contem connosco!

CONTEXTO

Portugal receberá 61 mil milhões de euros de subvenções e empréstimos

No início de 2021, foi aprovada pelo Governo a Estratégia Portugal 2030 que constitui o referencial para a aplicação dos vários instrumentos de política a adotar no futuro próximo.

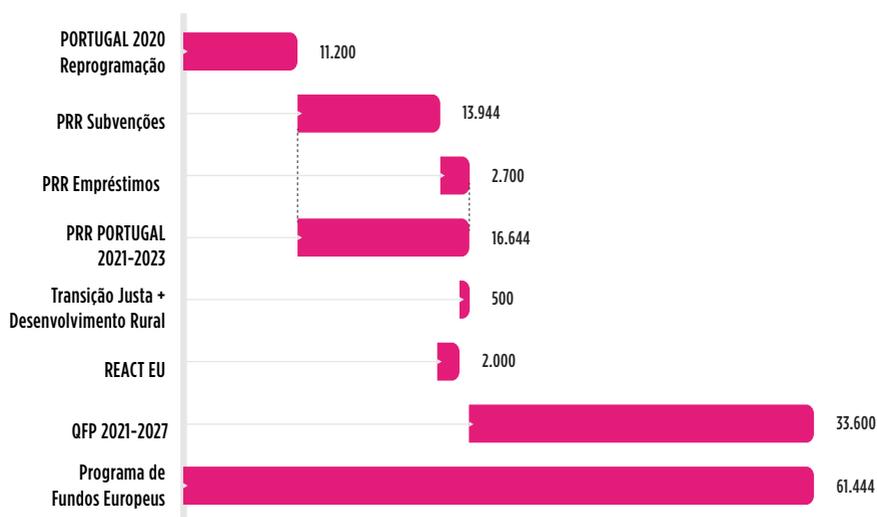
Em termos globais, **este será o maior pacote de medidas de estímulo alguma vez financiado pelo orçamento da União Europeia, num total de 1,8 biliões de euros**, para ajudar a reconstruir a Europa no pós-Covid-19, criando uma Europa mais verde, mais digital e mais resiliente.

Portugal contará com 61 mil milhões de euros para a sua recuperação e retoma económica, pós-pandemia, com especial enfoque em três instrumentos de investimento: Portugal 2020, reprogramado com 11.200 milhões de euros; Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com 16.644 milhões de euros; e Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 (QFP 21-27), com 33.600 milhões de euros.



Financiamento das medidas de investimento económico e social

milhões de euros



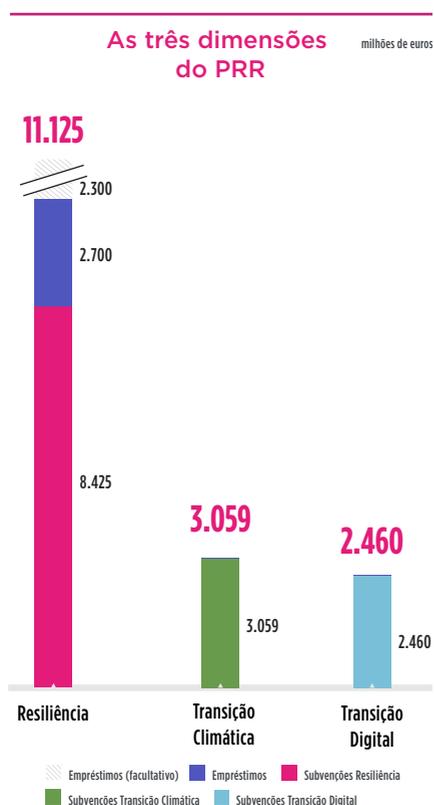
Timeline para a execução do investimento

Plano PT-EU	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	Responsável	Tempo
PORTUGAL 2020 Reprogramação	PT2020 11.200 M€									ADC	3 anos
PRR Subvenções		PRR Aprovação 13.944 M€				PRR Execução				Recuperar Portugal	3+3 anos
PRR Empréstimos		PRR Aprovação 2.700 M€				PRR Execução				Recuperar Portugal	3+3 anos
Transição Justa + Des. Rural + REACT EU		TJ + DR + REACT EU 2.500 M€				PRR Execução				Recuperar Portugal	3+3 anos
QFP 2021-2027 PORTUGAL 2030		QFP 2021-2027 PT2030 Aprovação 33.600 M€					QFP 2021-2027 PT2030			ADC	7+2 anos

↑
15/02/2021

PRR 2021-2023

Enquadramento do Plano de Recuperação e Resiliência

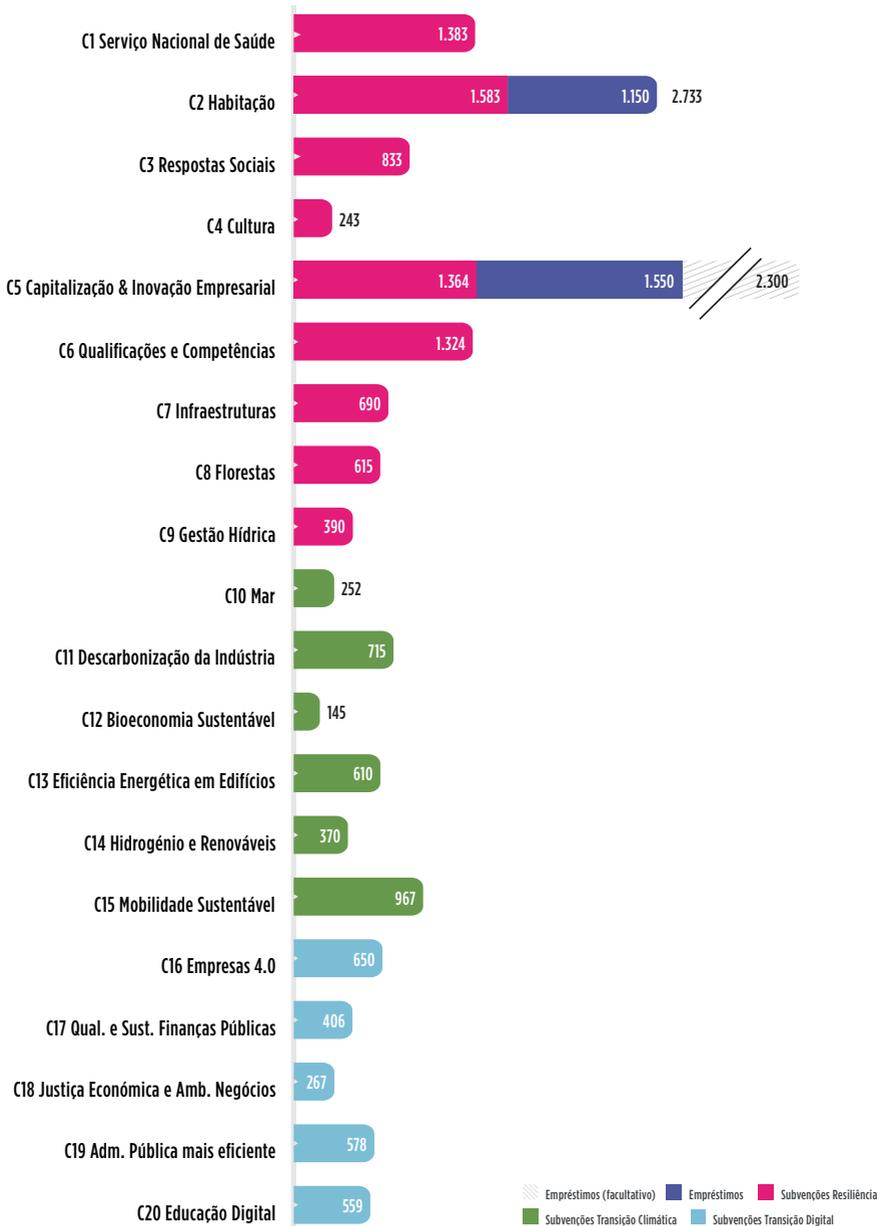


O Programa de Recuperação e Resiliência atribuirá a Portugal 13.944 milhões de euros em subvenções e 2.700 milhões de euros em empréstimos para ativar em três domínios de recuperação (resiliência, transição climática e transição digital), num conjunto de 20 componentes de investimento, 37 reformas e 83 investimentos, que permitirão ao país retomar o crescimento económico sustentado, reforçando assim o objetivo de convergência com a Europa ao longo da próxima década.

O recurso à componente de apoios sob a forma de empréstimos poderá ainda ser aumentado num valor adicional de 2,3 mil milhões de euros, após uma reavaliação no segundo semestre de 2022.

As componentes do PRR

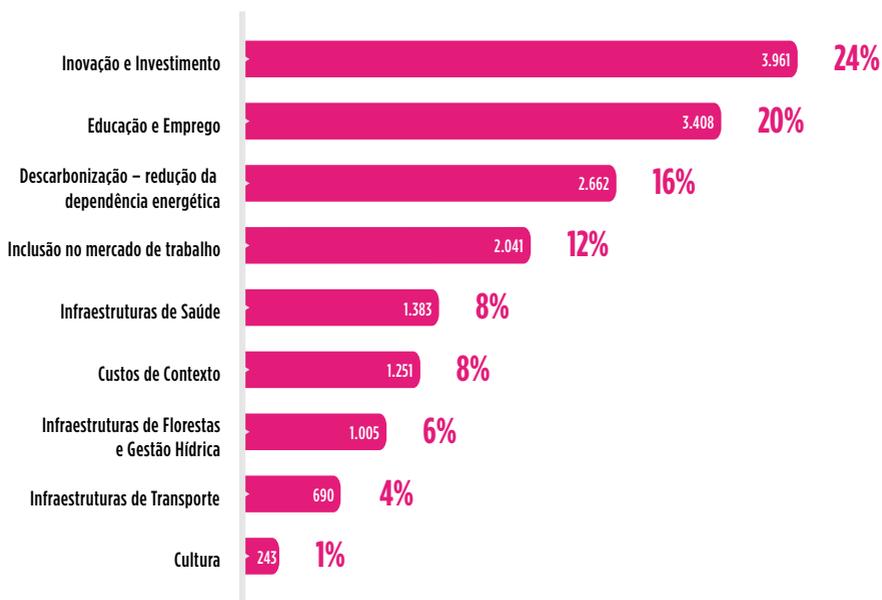
milhões de euros



As áreas temáticas mais impactadas pela resposta do PRR à pandemia são a Inovação e Investimento (Capitalização Empresarial, Inovação, Mar, Bioeconomia e Empresas 4.0), a Educação e Emprego (Alojamento estudantil, Qualificações e Competências e Escola Digital) e a Redução da dependência energética (Descarbonização da Indústria, Eficiência Energética, Renováveis, Hidrogénio e Mobilidade Sustentável). Estas três áreas representam 60% dos apoios concedidos.

Visão do PRR por áreas temáticas

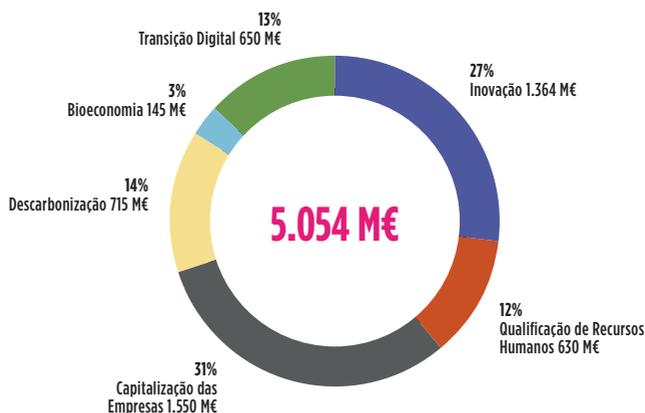
milhões de euros



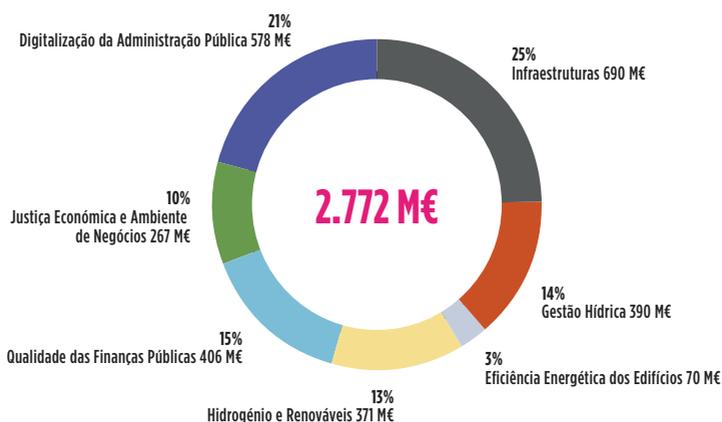
Dos cerca de 16 mil milhões de euros que constituem o PRR, mais de 10 mil milhões dizem respeito a investimento público distribuído pelos três grandes eixos do programa: a transição digital, a transição climática e a resiliência.

Na vertente de investimento privado, o PRR assume como principal missão apoiar o tecido empresarial português na recuperação da crise pandémica e na transição para uma atividade mais digital e amiga do ambiente. Neste âmbito, foram definidas medidas que preveem quer apoios diretos, quer apoios indiretos, através de investimentos que dinamizem a atividade do setor privado em Portugal.

Apoio direto às empresas



Apoios indiretos às empresas



A proposta do “PRR – Recuperar Portugal, Construindo o Futuro” foi submetida à Comissão Europeia no dia 22 de abril de 2021 e espera-se que ainda durante o segundo semestre de 2021 sejam disponibilizados os primeiros avisos para concurso.

A abertura destes avisos permitirá a aprovação de projetos de investimento de cada uma das componentes, abrindo assim as oportunidades para a contratação pública e adjudicação da execução às empresas e ao setor privado.

Oportunidades no setor público



Aprovação do PRR



Abertura de avisos



Aprovação de projetos

Oportunidades no ecossistema



Anúncios de contratação pública



Contrato público

SETOR EM ANÁLISE

Construção e Obras Públicas

O **setor da Construção e Obras Públicas tem um papel transversal em todo o PRR** e a sua atuação está presente em múltiplas medidas dos mais variados setores de atividade.

Com efeito, destaca-se o investimento previsto em habitação, através do reforço do parque habitacional público e da reabilitação do edificado, bem como da criação de alojamento urgente, temporário e estudantil a custos acessíveis.

O investimento previsto em infraestruturas representa igualmente uma oportunidade direta para este setor, designadamente no que respeita às intervenções na rede viária, com a conclusão prevista de troços inacabados (*Missing Links*), aumento da capacidade da rede viária e melhoria das respetivas acessibilidades em áreas de acolhimento empresarial, bem como a atividade de construção e manutenção associada ao investimento nas ligações transfronteiriças.

Pretende-se ainda a promoção do setor, alavancando o posicionamento competitivo das empresas nacionais a nível global,



facilitando o estabelecimento de acordos e parcerias estratégicas que agilizem a entrada em mercados externos.

Perfil do setor

- 350.000 empregos;
- 19,9 mil milhões de euros de volume de negócios;
- 4,5 mil milhões de euros de exportações.

Fonte: IAPMEI e PRR

O setor no PRR

Da análise ao Plano de Recuperação e Resiliência (documento submetido a consulta pública) foi possível identificar quais as medidas com maior impacto potencial na atividade das empresas que atuam no âmbito da Construção e Obras Públicas, quer na qualidade de beneficiárias diretas, quer enquanto fornecedoras de competências, conhecimento e serviços.

Consulte as medidas no final desta edição da Millennium Snapshots Setoriais PRR.

SOLUÇÕES MILLENNIUM BCP

Venha conhecer as nossas soluções comerciais

Se antecipa poder vir a beneficiar das medidas contempladas no Plano de Recuperação e Resiliência, seja por via da candidatura a apoios diretos, seja pela oportunidade de fornecimento das necessidades públicas de investimento, **venha ao Banco do Plano de Recuperação e Resiliência.**



Conte connosco para o apoiar na candidatura, com as soluções de que necessita e o aconselhamento especializado:



Equipa dedicada



Clube de parceiros de consultoria



Análise financeira preliminar



Adiantamento de incentivos



Soluções de Factoring para antecipar as suas receitas



Financiamento da atividade e do investimento



Apoio às exigências legais (emissão de garantias bancárias)

Para o financiamento da Economia, o Millennium bcp é o Banco que está ao lado das empresas. Tudo para que o seu negócio retome a atividade e cresça.

É tempo de pôr a economia a andar. Vamos lá!

Medidas: Construção e Obras Públicas

Componentes	Finalidade do Investimento	Medidas
RESILIÊNCIA		
C1. Serviço Nacional de Saúde	Conclusão da Reforma da Saúde Mental e implementação da Estratégia para as Demências	Construir 4 unidades de internamento em hospitais gerais, eliminando os internamentos de agudos em Hospitais Psiquiátricos
		Construir uma nova unidade forense (Sobral Cid) e remodelar outras duas (CHPL e HML)
		Qualificar os internamentos de psiquiatria forense e construir 3 unidades forenses de transição para a comunidade (inimputáveis em liberdade para prova)
Cuidados de Saúde Primários com mais respostas		Requalificar as instalações dos SLSM já existentes, intervindo em 20 entidades
		Construir novas unidades/polos de saúde, para substituir edifícios desadequados
		Criar centros de diagnóstico integrado (MCDT de baixa complexidade, pelo menos RX e Análises Clínicas) nos ACES
		Criar respostas de reabilitação nos centros de saúde (espaços físicos adequados e equipas de reabilitação, multiprofissionais e interdisciplinares)
Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e Rede Nacional de Cuidados Paliativos		Instalar gabinetes de medicina dentária nos centros de saúde
		Qualificar as instalações e os equipamentos dos centros de saúde, assegurando condições de acessibilidade, qualidade, conforto e segurança para utentes e profissionais e adaptando-as aos novos modelos de prestação de cuidados de saúde
		Requalificar ou adaptar edifícios para aumentar eficiência energética, cumprir planos de contingência e/ou assegurar a acessibilidade e a permanência dos utentes em condições de segurança sanitária e conforto
		Alargar até 1.000 lugares, das respostas de cuidados continuados integrados de saúde mental, em 50 residências e unidades sócio-ocupacionais (apoio à construção de novas respostas ou alargamento de respostas já existentes)
C2. Habitação	Alojamento Estudantil a custos acessíveis	Aumentar em 5.500 camas as respostas de internamento da RNCCI, concretizando a construção de 275 novos módulos de 20 camas (em unidades existentes ou a construir, sendo a construção da responsabilidade do proprietário/promotor)
		Construir ou alargar 20 unidades de internamento de cuidados paliativos, para dar resposta a 400 doentes (apoios para captar novos promotores)
		Disponibilizar, até 2026, 15.000 camas em alojamento estudantil/unidade residencial
	Aumentar as condições habitacionais do parque habitacional da Região Autónoma dos Açores	Com este investimento a RAA prevê a construção de 91 imóveis em terrenos ou lotes da RAA e 4 novos loteamentos que possibilitarão a construção de 88 fogos habitacionais

continua

Componentes	Finalidade do Investimento	Medidas
C2. Habitação	Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário	Com este investimento pretende-se dar resposta às diferentes necessidades, mediante a criação de 2.000 alojamentos de emergência ou de acolhimento/transição, de natureza mais transversal, e de 473 fogos, 3 bloco habitacionais e 5 Centros de Instalação Temporários e Espaços Equipados especificamente para as forças de segurança
	Parque público de habitação a custos acessíveis	O investimento previsto permite prever a reabilitação de 75% do património inscrito no Decreto-Lei n.º 82/2020, de 2 de outubro, orientado para a criação de um parque habitacional público a preços acessíveis, e salvaguardar o investimento na promoção de rendas acessíveis através de programas municipais. A operacionalização destes investimentos será coordenada pelo IHRU, em estreita colaboração com os municípios no que respeita aos programas municipais de promoção de rendas acessíveis
	Programa de Apoio ao Acesso à Habitação	Prevê-se, com este investimento, dar resposta a pelo menos 26.000 famílias até 2026
	Reforço da oferta de habitação apoiada na Região Autónoma da Madeira	<p>Apoiar a reabilitação de 300 habitações próprias, incluindo a ótica da eficiência energética, proporcionando melhorias significativas nas condições de habitabilidade das mesmas e uma redução da fatura energética dos beneficiários</p> <p>Realojar 1.122 famílias em novas habitações sociais, solucionando, assim, os respetivos problemas habitacionais, eliminando vulnerabilidades sociais, facilitando a inclusão social e reduzindo a fatura energética dos inquilinos</p>
C3. Respostas Sociais	Acessibilidades 360º	O investimento cobre intervenções na melhoria das acessibilidades nos espaços públicos de circulação e mobilidade (200.000 m² intervenções), nos edifícios públicos que tenham atendimento ao público (1.500 edifícios) e em 1.000 habitações (especificamente relacionadas com a condição de deficiência em concreto)
	Fortalecimento das respostas Sociais na RAM	<p>Alargar as estruturas de Apoio à Pessoa em Situação de Sem-Abrigo (70 utentes) – criação de um Centro de Acolhimento Noturno Temporário e Requalificação de um espaço destinado ao acolhimento temporário e/ou de emergência, resposta social que visa o acolhimento noturno de pessoas sem acesso a um alojamento permanente; criação de Balneários e Lavandaria, resposta social que visa fomentar a higiene pessoal e tratamento de roupas; criação do Refeitório/Cantina Social, destinada ao fornecimento de refeições, podendo integrar outras atividades e criação de um Atelier Ocupacional, para permitir reabilitar as capacidades e competências sociais da PSSA</p>
	Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais	<p>Alargar e requalificar a rede de estabelecimentos residenciais e não residenciais para pessoas idosas num total de 1.130 camas – construir/reabilitar infraestruturas e equipamentos para novas respostas sociais; reforçar as estruturas/respostas já existentes e contratuar acordos de parceria com Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS); promover respostas sociais que funcionem em equipamento de acolhimento e horário noturno, dirigidas a pessoas idosas com autonomia que, durante o dia, permaneçam no seu domicílio e que, por viverem situações de solidão, isolamento e insegurança, necessitam de acompanhamento durante a noite, em alternativa à institucionalização</p>
		Alargar a rede de equipamentos e respostas sociais ao nível da infância, pessoas idosas e pessoas com deficiência ou incapacidades. Do diagnóstico efetuado, os maiores défices localizam-se nas NUTS II do Norte, da Área Metropolitana de Lisboa e do Algarve

Componentes	Finalidade do Investimento	Medidas
C3. Respostas Sociais	Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais	Requalificar a rede de equipamentos e respostas sociais existentes e o licenciamento de respostas em situação irregular, compreendendo intervenções ao nível do edificado e respetivos equipamentos que visem a criação, a qualificação e o apetrechamento dos espaços de isolamento sanitário para situações de contingência, a dotação com soluções de wi-fi e material informático e capacitação digital de modo a facilitar a comunicação e a melhoria da eficiência energética dos edifícios
	Operações integradas em comunidades desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto	A requalificação física do espaço público ou o reforço das infraestruturas sociais, de saúde ou de habitação; estas iniciativas podem ser desenvolvidas no âmbito da própria medida ou no âmbito de uma medida da PRR de aplicação transversal
C4. Cultura	Património Cultural	Requalificação dos Teatros Nacionais: Serão efetuadas intervenções de reabilitação e modernização em equipamentos culturais de âmbito nacional, nomeadamente no Teatro Nacional S. Carlos, no Teatro Nacional D. Maria II e no Teatro Camões As intervenções previstas, para além da requalificação/restauro da componente física dos teatros com melhoria do desempenho energético ativo e passivo, preveem ainda melhorias ao nível das infraestruturas e equipamentos técnicos, para modernização destes equipamentos culturais e conformidade com as atuais normas ambientais e de segurança, tendo em vista o aumento da resiliência e sustentabilidade
C7. Infraestruturas	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE)	Intervenções piloto para testar ilhas de qualidade de serviço de estabilidade energética Mobilidade sustentável (e.g. mobilidade elétrica/pontos de carregamento elétrico e áreas piloto de soluções de produção e carregamento a Hidrogénio) Sistemas de produção e armazenamento de energia renovável para autoconsumo (e.g. energia solar)
	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias	Acessibilidades à Zona Industrial de Riachos Acesso ao Avepark - Parque de Ciência e Tecnologia das Taipas (Guimarães) Acesso do Parque Empresarial de Camporês ao IC8 (Ansião) Acesso rodoviário da zona industrial do Vale do Neiva ao N6 da A28 EN10-4. Setúbal/Mitrena EN333. Ligação do N6 de Águeda do IC2 à EN 235 em Perrães, para acesso à A1 Ligação à Área Industrial de Fontiscos e reformulação do N6 de Ermida (Santo Tirso) Ligação ao Parque Industrial do Mundão – Eliminação de constrangimentos na EN229 Viseu/Sátão Ligação ao Parque Industrial do Mundão: EN229 – ex-IP5/Parque Industrial do Mundão Ligação da A8 à Área Empresarial das Palhagueiras em Torres Vedras Ligação da Zona Industrial de Cabeça de Porca (Felgueiras) à A11 Ligação da Zona Industrial de Rio Maior à EN114 Ligação do Parque Empresarial do Casarão ao IC2

continua

Componentes	Finalidade do Investimento	Medidas
C7. Infraestruturas	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias	Melhoria das acessibilidades à Área de Localização Empresarial de Lavagueiras (Castelo de Paiva)
		Melhoria de acessibilidades à Zona Industrial Campo Maior
		Nova travessia do Rio Lima entre EN203 – Deocriste e EN202 – Nogueira
		Rotunda na EN246 para acesso à zona industrial de Portalegre
		Variante à EN248 (Arruda dos Vinhos)
		Variante de Ajustrel – Melhoria das acessibilidades à Zona de Extração Mineira e à Área de Localização Empresarial
		Via do Tâmega – Variante à EN210 (Celorico de Basto)
	Circuitos logísticos – Rede Viária Regional dos Açores	Construção da 2.ª fase da Variante à Cidade da Horta
		Construção da Circular à Vila da Madalena
		Ligação entre a E.R. 3-2ª e a E.R. 4-2ª
		Melhoria da acessibilidade Furnas / Povoação – 1.º Lanço - Variante Furnas
		Promoção das condições de acessibilidade, mobilidade e segurança rodoviária - Ligação entre o norte e sul da ilha (transversal)
		Promoção das condições de acessibilidade, mobilidade e segurança rodoviária - Ligação entre Via Vitorino Nemésio e Circular de Angra
		Variante à Vila do Porto
Ligações transfronteiriças	Variante Capelas	
	Variante de São Roque	
	Variante Portal do Vento	
	ENI03. Vinhais/Bragança (variantes)	
	Ligação de Bragança a Puebla de Sanabria (ES)	
Missing links e Aumento de capacidade da Rede	Ponte Alcoutim – Saluncar de Guadiana (ES)	
	Ponte internacional sobre o Rio Sever	
	Eixo Rodoviário Aveiro – Águeda	
	ENI25. Variante a Olhão	
		ENI4. Interface Rodoferroviário da Trofa/Santana, incluindo nova ponte sobre o Rio Ave

Componentes	Finalidade do Investimento	Medidas
C7. Infraestruturas	Missing links e Aumento de capacidade da Rede	<p>EN14, Maia (Via Diagonal)/Interface Rodoferroviário da Trofa</p> <hr/> <p>EN344, km 67+800 a km 75+520 – Pampilhosa da Serra</p> <hr/> <p>EN4, Variante da Atalaia</p> <hr/> <p>IC2 (EN1), Meirinhas (km 136,700)/Pombal (KM 148,500)</p> <hr/> <p>IC35, Penafiel (EN15)/Rans</p> <hr/> <p>IC35, Rans/Entre-os-Rios</p> <hr/> <p>IP2, Variante nascente de Évora</p> <hr/> <p>IP8 (EN121), Ferreira do Alentejo/Beja, incluindo Variante a Beringel</p> <hr/> <p>IP8 (EN259), Sta. Margarida do Sado/Ferreira do Alentejo, incluindo Variante de Figueira de Cavaleiros</p> <hr/> <p>IP8 (A26), Aumento de Capacidade na ligação entre Sines e a A2</p> <hr/> <p>Ligação de Baião a Ponte de Ermida</p> <hr/> <p>Variante à EN211 - Quinta/Mesquinhata</p>
C8. Florestas	Faixas de gestão de combustível – rede primária	<p>Caracterização da rede primária estruturante, onde se inclui a cartografia e a avaliação do uso e ocupação do solo dos terrenos incluídos na rede primária estruturante de faixas de gestão de combustível</p> <hr/> <p>Execução de 37.500 ha de rede primária estruturante de faixas de gestão de combustível a nível nacional até ao 3.º trimestre de 2025</p> <hr/> <p>Funcionamento de uma estrutura dedicada à avaliação e implementação de servidões administrativas nos terrenos rurais privados e comunitários ocupados pelas Faixas de Interrupção de Combustível (FIC) da rede primária estruturante de faixas de gestão de combustível, através da prévia identificação de proprietários, avaliação e cálculo de indemnizações e restantes elementos conducentes à declaração de utilidade pública, bem como para as fases subsequentes de notificação aos titulares dos terrenos abrangidos, celebração de acordos e pagamento das respetivas indemnizações</p> <hr/> <p>Promoção na plataforma BUIPi do procedimento de representação gráfica georreferenciada dos prédios rústicos incluídos na constituição da servidão administrativa com vista a viabilizar os subsequentes procedimentos especiais de registo</p>
C9. Gestão Hídrica	Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato	<p>Barragem: Criar uma albufeira com nível de pleno armazenamento (NPA) à cota 248,00 m, com área inundada de 7,24 km² e capacidade de armazenamento de 116,1 hm³, à qual aflui um volume médio anual de 57,83 hm³/ano, tendo por base as séries hidrológicas da APA, possibilitando a regularização de 50,3 hm³/ano para abastecimento público de água potável, fundamental para garantir a redundância no abastecimento às populações (cerca de 55.000 pessoas) de Alter do Chão, Avis, Crato, Fronteira, Gavião, Nisa, Ponte de Sor e Sousel, e para a irrigação dos blocos de rega. O coroamento da barragem situar-se-á à cota de 252 m e terá uma altura total de 52 m e 1.350 m de extensão</p>

Componentes	Finalidade do Investimento	Medidas
C9. Gestão Hídrica	Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato	<p>Sistema de reforço de abastecimento da barragem de Póvoa e Meadas a partir da Barragem do Pisão: ligação da albufeira a criar até à estação de tratamento de águas de Póvoa e Meadas para garantia das necessidades de consumo urbano dos concelhos de Alter do Chão, Avis, Crato, Fronteira, Gavião, Nisa, Ponte de Sor e Sousel</p>
		<p>Sistema de reforço de afluências: Mobilizará os recursos hídricos de duas linhas de água que confluem a jusante da secção da barragem do Pisão (ribeira de Chocanal na margem direita e ribeira de Linhares na margem esquerda), com recurso a bombagem para a albufeira, potenciando a eficiência e resiliência do sistema hídrico global. O sistema será constituído por açude de derivação a jusante, estação elevatória e conduta elevatória</p>
	Plano de eficiência e reforço hídrico dos sistemas de abastecimento e regadio da RAM	<p>Construção da Galeria de Captação de Água Salgada no Porto Santo – Galeria n.º 5: captação de água salgada, com caudais estimados entre os 150 e 250 m³/h</p> <p>Intervenções nas Redes de Abastecimento de Água do Porto Santo com vista à Redução de Perdas: redução de perdas reais no setor urbano em redes de abastecimento do Porto Santo para 30%</p> <p>Otimização da Adução do Sistema Adutor Machico Funchal – EE de Santa Quitéria: assegurar um reforço de Caudal ao Sistema Adutor Machico Funchal de até 1.000 m³/h</p> <p>Recuperação da Levada das Rabaças: assegurar a eficiência do Canal recuperando as elevadas perdas e atingindo um nível de perdas na ordem dos 30%</p> <p>Recuperação do Lanço Norte do Canal do Norte: assegurar a eficiência do Canal recuperando as elevadas perdas e atingindo um nível de perdas na ordem dos 30%</p> <p>Reforço da Adução ao Lanço Sul do Canal dos Tornos – Construção da Lagoa das Águas Mansas/Ribeiro Serrão: reforçar os caudais ao Canal dos Tornos – Lanço Sul construção de uma lagoa de armazenamento para armazenar caudais de inverno e disponibilizá-los aos agricultores no verão</p> <p>Reforço de Adução ao Canal do Norte – Sistema Elevatório do Seixal: assegurar 3,2 hm³ de água ao Canal do Norte durante o período de esteio</p> <p>Reforço de adução ao Canal dos Tornos – EE Lombo do Urzal: Reforçar a adução ao Canal dos Tornos – Lanço Norte, através da captação das águas excedentes da Ribeira/Córrego da Lapa do Arvoredo e da Levada da Achada Grande, podendo representar um acréscimo de até cerca de 180 m³/h</p> <p>Reforço de adução ao Reservatório da Trompica: colmatar as necessidades de abastecimento público, por insuficiência das origens de altitude, através da disponibilização de 25m³/h</p>
	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve	<p>Aumentar a capacidade disponível e resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta existentes e reforçar com novas origens de água, nomeadamente reforçando a ligação entre os sistemas de abastecimento de água do Sotavento/Barlavento Algarvio, reforçando as afluências à albufeira de Odeleite e otimizando a exploração da sua capacidade de armazenamento, permitindo a exploração de parte do seu volume morto. Prevê-se, designadamente, o reforço das afluências à albufeira de Odeleite através de uma captação no rio Guadiana</p>

continua

Componentes	Finalidade do Investimento	Medidas
C9. Gestão Hídrica	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve	<p>Promover a utilização de Água Residual Tratada (ApR), através da identificação de potenciais utilizadores desta origem de água não potável, sobretudo em atividades económicas ligadas ao turismo e agricultura e espaços públicos. Para as áreas com maior potencial será desenvolvida a afinação do tratamento das estações de tratamento de águas residuais para um nível de qualidade compatível e serão construídas infraestruturas de elevação, armazenamento e distribuição de modo a permitir a substituição de outras origens de água potável ou o uso de captações próprias, no cumprimento do regime jurídico que regulamenta a produção de ApR, bem como a sua utilização, por forma a promover a sua correta utilização e a evitar efeitos nocivos para a saúde e para o ambiente, seguindo as orientações da proposta do Regulamento Europeu sobre esta matéria</p> <p>Reduzir perdas de água e aumentar a eficiência no setor agrícola, recorrendo à modernização dos aproveitamentos hidroagrícolas coletivos, com incidência nas áreas existentes, com adoção de sistemas de distribuição mais eficientes, a implementação de sistemas de teledeteção, controlo e monitorização dos consumos. Contempla, também, a melhoria da eficiência dos regadios individuais, através da instalação de sistemas de rega mais eficientes com monitorização e rastreamento dos consumos</p> <p>Reduzir perdas de água no setor urbano, através da renovação e reabilitação de infraestruturas degradadas ou tecnicamente deficientes, nomeadamente, incidindo nos sistemas em baixa (com maior potencial de redução de perdas reais, isto é, que ainda não atingiram as metas nacionais) e na implementação de zonas de monitorização e controlo nos sistemas</p>

TRANSIÇÃO CLIMÁTICA

C10. Mar	Desenvolvimento do "Cluster do Mar dos Açores"	A Região Autónoma dos Açores considerou estratégico ao nível da Inovação reforçar o Cluster do Mar, através do investimento em infraestruturas físicas fixas e móveis (Tecnopolo MARTEC), no âmbito da investigação das ciências do mar e sua articulação com o setor económico. As infraestruturas fixas disponíveis estão sobretudo sedeadas na ilha do Faial, em instalações impróprias, sem capacidade física ou tecnológica adequada para a investigação em áreas emergentes ou em certos domínios das áreas tradicionais, bem como para uma adequada cooperação com o setor empresarial. Foi identificado como investimento fundamental a criação de um centro experimental de investigação e desenvolvimento ligado ao Mar, partilhável com as instituições do Sistema Científico e Tecnológico dos Açores e as empresas, indutor de I&D em áreas tradicionais e emergentes, como as áreas das pescas e produtos derivados, da aquicultura, da biotecnologia marinha, dos biomateriais e recursos minerais, ou das tecnologias e engenharias marinhas
----------	--	--

Componentes	Finalidade do Investimento	Medidas
C10. Mar	Hub Azul, Rede de Infraestruturas para a Economia Azul	<p>No Hub para a Economia Azul pretende integrar-se um conjunto de investimentos em polos nacionais de infraestruturas (novas e existentes) costeiras com acesso à água, laboratórios e zonas de teste, locais para prototipagem, <i>scale-up</i> pré e industrial e espaço de incubação e alavancagem de empresas criando uma plataforma física e virtual em rede para dinamizar a bioeconomia azul e outras áreas emergentes da economia do mar descarbonizante em Portugal e na Europa. No novo Hub Azul estarão incluídas não só as infraestruturas em terra e mar mencionadas, mas também uma estreita ligação às universidades nacionais, principalmente às escolas com formação superior direcionada para o mar, e aos centros de formação profissional do Mar, no sentido de dinamizar um conceito inovador de <i>Blue Hub School</i>, onde se pretende fomentar a interligação entre a formação de recursos humanos altamente qualificados para as atividades do mar com as necessidades do mercado da economia do mar e as tendências para novos modelos económicos mais digitalizados e amigos do planeta. O Hub Azul incluirá as infraestruturas em terra em zonas portuárias ou de logística e armazenamento ligadas ao mar, infraestrutura no mar com o acesso a novos equipamentos de monitorização marinha e seus dados, e disponibilizará acesso a horas de navios de investigação oceanográfica para bioprospeção, mapeamento e conhecimento científico, assim como para alavancar a experimentação de soluções inovadoras em contexto real, no mar. Existirão zonas reservadas às empresas, ao seu desenvolvimento tecnológico e à respetiva propriedade intelectual específica, mas também zonas de interação entre empresas, entre empresas e centros de ciência e conhecimento, entre empresas, universidades e polos formativos, e ainda entre estes e o mar, para facilitar e incentivar a fertilização cruzada e a transferência de conhecimento, potenciando também a inovação aberta e conjunta. Existirão também zonas de trabalho coletivo e partilhado que permitam dar escala a pequenas <i>startups</i> e PME que sozinhas não poderão alcançar tais investimentos, maximizando assim o impacto do investimento público, permitindo múltiplas utilizações de cada infraestrutura. Para além de novas PME e <i>startups</i>, este hub deverá integrar grandes empresas como faróis de fomento ao desenvolvimento procurando no ecossistema empresarial as soluções necessárias para os seus negócios, atuando como clientes e dinamizando novas cadeias de valor. Estas empresas âncora deverão desenvolver a sua atividade em vários setores, desde a biotecnologia, a indústria alimentar, ou as energias renováveis e engenharias robóticas, mas também os têxteis ou o <i>design</i> de produtos (incluindo inovação para artes de pesca), ou ainda a cosmética e a farmacêutica, pois é para estes setores que o Hub irá ser fornecedor de tecnologia e soluções inovadoras. Este formato híbrido entre PME e <i>startups</i>, grandes empresas, centros de interface e universidades será um dinamizador para atrair novas empresas e investimento direto estrangeiro e contribuirá para aumentar a projeção internacional da economia do mar portuguesa. Pretende-se ainda implementar uma rede de biobancos de recursos marinhos nacionais, com uma infraestrutura dedicada e digitalizada de mapeamento e acesso, permitindo o controle dos seus usos e a sua distribuição para exploração comercial e científica e potenciando a aplicação do protocolo de Nagóia e das leis de acesso e partilha de benefícios internacionais. Este biobanco nacional com gestão integrada potenciará o papel de Portugal no conhecimento da biodiversidade do planeta e permitirá também a sua exploração em muitos consórcios científicos internacionais, contribuindo para a internacionalização adicional da atividade do Hub. Será ainda assegurado um conjunto de serviços transversais, desde a gestão executiva da rede do Hub à prestação de serviços diversos basilares ao sucesso do desenvolvimento empresarial como, por exemplo, propriedade intelectual e serviços jurídicos, gestão financeira e contabilística, marketing e comunicação e sustentabilidade e gestão ambiental</p>

Componentes	Finalidade do Investimento	Medidas
C10. Mar	Transição Verde e Digital e Segurança nas Pescas	<p>A fileira das pescas e aquicultura, incluindo a transformação e comercialização, é uma das áreas de intervenção prioritárias para a concretização de vários objetivos da Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030. A minimização de impactos nos ecossistemas marinhos, a criação de novos produtos e processos e o desenvolvimento de modelos de negócio assentes numa lógica de economia circular, eficiência energética e digital são alguns dos seus desafios mais prementes. Temos, atualmente, uma frota de pesca com idade elevada, que apresenta insuficiências a nível de habitabilidade, de manuseamento e acondicionamento do pescado a bordo e de eficiência energética, e que, só com significativas alterações na sua estrutura, é possível modernizar. Importa apostar na inovação, na melhoria das condições de habitabilidade e de trabalho a bordo, na segurança e na eficiência energética, bem como nas condições de acondicionamento do pescado de modo a fomentar a sua valorização pela qualidade. Pretende-se, ainda, a alteração de comportamentos no sentido da obtenção de resultados de uma forma mais eficiente e ambientalmente mais sustentável, contribuindo para assegurar a redução das emissões de gases com efeito de estufa por parte das atividades da economia do mar até 2030, visando os compromissos assumidos no âmbito do Acordo de Paris e do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050. Neste sentido, serão apoiados projetos de desenvolvimento de embarcações de pesca de arrasto, cerco, polivalente e de apoio à aquicultura, demonstradoras de melhor eficiência energética e ambiental, bem como projetos que visem a inovação, a modernização dos processos, a redução da pegada de carbono, recolha do lixo marinho e a economia circular das empresas e organizações da fileira do pescado</p>
C11. Descarbonização da Indústria	Descarbonização da Indústria	<p>Adoção de medidas de eficiência energética na indústria, que permitam simultaneamente reduzir o consumo de energia e as emissões de gases com efeito de estufa, em paralelo com a adoção de sistemas de monitorização e gestão de consumos que permitam gerir e otimizar os consumos de energia aproveitando o potencial da digitalização e a automação</p> <p>Incorporação de energia de fonte renovável e armazenamento de energia. Neste contexto, é igualmente relevante a promoção da incorporação de hidrogénio e de gases renováveis na indústria, designadamente naquelas em que as opções tecnológicas para descarbonização, nomeadamente através da eletrificação, são mais limitadas</p> <p>O apoio à capacitação das empresas e a elaboração de instrumentos de informação e de apoio, tal como os roteiros setoriais para a neutralidade carbónica na indústria, que permitam identificar as soluções tecnológicas eficazes, específicas para a indústria nacional e eficientes em termos de custos, incorporando maior inovação e promovendo a sua disseminação, apoiando as medidas elencadas</p> <p>Processos e tecnologias de baixo carbono na indústria, através da introdução de novos processos produtos e modelos de negócio ou a alteração de processos visando a sua descarbonização, incluindo novas tecnologias de baixo carbono; a incorporação de novas matérias-primas, de combustíveis derivados de resíduos e de biomassa; do recurso a simbioses industriais e medidas de economia circular, incorporando inovação; a substituição e/ou adaptação de equipamentos e processos para novas tecnologias sustentáveis e fontes de energia renovável; destacam-se ainda medidas que visam a adoção de gases fluorados de reduzido potencial de aquecimento global. É ainda relevante criar aumento da eletrificação dos consumos finais de energia, designadamente através da eletrificação dos consumos finais de energia na indústria e do reforço do acesso e da qualidade de serviço, principalmente em zonas industriais</p>

Componentes	Finalidade do Investimento	Medidas
C13. Eficiência Energética em Edifícios	Eficiência energética em edifícios da Administração Pública Central	Também promovidos pelo Fundo Ambiental, pretende-se promover investimentos numa significativa vaga de renovação energética de edifícios da Administração Pública Central e de instituições de ensino (de todos os níveis, incluindo superior), fomentar a eficiência energética e de recursos e reforçar a produção de energia de fontes renováveis em regime de autoconsumo, através de ações de natureza idêntica à descrita para o investimento anterior
	Eficiência energética em edifícios de serviços	Tem como objetivo investimentos numa significativa vaga de renovação energética de edifícios de serviços, o fomento da eficiência energética e o reforço da produção de energia de fontes renováveis em regime de autoconsumo, sob a responsabilidade do Fundo Ambiental e através das ações já descritas para os investimentos anteriores
	Eficiência energética em edifícios residenciais	Intervenções que promovam a incorporação de biomateriais, materiais reciclados, soluções de base natural, fachadas e coberturas verdes e soluções de arquitetura bioclimática, sobre prédios urbanos ou suas frações autónomas existentes
		Intervenções que visem a eficiência hídrica, incluindo a substituição de equipamentos por equipamentos mais eficientes
C14. Hidrogénio e Renováveis	Hidrogénio e gases renováveis	Eletrólise (processos eletroquímicos e fotoeletroquímicos)
		Enriquecimento de biogás da digestão anaeróbia de materiais biomássicos (não inclui a produção do biogás)
		Metanação (hidrogénio renovável combinado com dióxido de carbono reciclado)
		Processos biológicos (biofotólise e fermentação)
	Processos termoquímicos e hidrotérmicos (gaseificação e pirólise)	
Potenciação da eletricidade renovável no Arquipélago da Madeira	Aumento da capacidade de produção de energia com base na fonte hídrica, remodelação integral da Central Hidroelétrica da Serra de Água e remodelação da Central Hidroelétrica da Calheta I	
	Desenvolvimento de redes inteligentes para promover a descentralização da produção de energia e assegurar a gestão de um sistema elétrico cada vez mais complexo, com a produção para autoconsumo e outra produção descentralizada, bem como o crescente desenvolvimento da mobilidade elétrica, salientando-se a substituição de 130.000 contadores tradicionais por inteligentes, associados à rede de comunicações, num prazo de 5 anos, a modernização da rede de iluminação pública (8.750 pontos) ou o desenvolvimento de sistemas de carregamento de veículos elétricos inteligentes	
	Instalação de um compensador síncrono, visando contribuir para a operação segura do sistema elétrico, com recurso integral a energias renováveis	
	Instalação de um sistema de baterias para o reforço da capacidade da produção de eletricidade renovável (Porto Santo e Madeira)	

Componentes	Finalidade do Investimento	Medidas
C14. Hidrogénio e Renováveis	Transição Energética nos Açores	Aumentar a capacidade instalada em 12,6 MW, por via da aposta na eletrificação, produção descentralizada e armazenamento distribuído, com vista à transição energética, sendo que este investimento permitirá que o utilizador final passe de consumidor final a agente ativo no sistema energético, com a possibilidade de consumir, armazenar e produzir, prestando auxílio à rede
		Aumento da potência instalada geotérmica para a produção de eletricidade: investimento no incremento e revitalização da potência útil instalada em energia geotérmica para a produção de eletricidade no global de 17 MW, que permitirá um aumento da descarbonização do setor elétrico, por via do aumento da energia limpa por substituição de parte da energia térmica de base fóssil, a concretizar através da instalação de grupo gerador 5 MW na Central Geotérmica da Ribeira Grande, da expansão da Central Geotérmica do Pico Vermelho e da expansão da Central Geotérmica do Pico Alto
		Corvo Renovável – Incremento da potência instalada em renováveis para a produção de eletricidade na ilha do Corvo – 850 kW, sem comprometer a estabilidade e a segurança do sistema elétrico: investimento que permitirá a integração de produção de eletricidade a partir de fontes renováveis, visando alcançar taxas de produção renovável elevadas, através da instalação de um parque eólico e um parque fotovoltaico, e a operação do sistema elétrico sem componente térmica em períodos de abundância de recursos renováveis, com o auxílio de um sistema de armazenamento de energia, a instalar no âmbito de outro projeto
		Instalação de sistemas de armazenamento de energia elétrica nas restantes seis ilhas da RAA, para aumentar a capacidade de integração de energia renovável: investimento que permitirá reforçar os sistemas elétricos com soluções que permitam providenciar serviços de sistema e auxiliares com capacidade de <i>grid-forming</i> (controle de tensão e frequência) à rede, com o intuito de reduzir significativamente a utilização de grupos térmicos (combustíveis fósseis) e permitir uma maior integração de renováveis, salvaguardando a segurança de abastecimento e a qualidade de serviço
C15. Mobilidade Sustentável	Expansão da Rede de Metro de Lisboa – Linha Vermelha até Alcântara	Construção da estação Alcântara, em viaduto sobre a Avenida de Ceuta
		Construção da estação Amoreiras, na zona do cruzamento das Avenidas Conselheiro Fernando de Sousa e Engenheiro Duarte Pacheco
		Construção da estação Campo de Ourique, situada na Rua Tomás da Anunciação
		Construção da estação Infante Santo, situada no arruamento com o mesmo nome
	Expansão da Rede de Metro do Porto – Casa da Música-Santo Ovídio	Extensão adicional da rede do Metro de Lisboa em 3,7 km: 3,3 km em túnel + 0,4 km em viaduto
		2.240 m à superfície, dos quais: 600 m em viaduto (alargamento do viaduto existente na V18, viaduto após a Rotunda e viadutos de ligação à nova ponte sobre o Rio Douro); 600 m ponte sobre o Rio Douro; 1.040 m em plataforma de superfície
	4.500 m em túnel: 2.770 m em túnel mineiro; 1.730 m de túnel a executar pelo método <i>Cut & cover</i>	
	Estação Arrábida (subterrânea de baixa profundidade – <i>Cut & cover</i>)	
	Estação Boavista/Casa da Música (subterrânea – <i>Cut & cover</i> : estrutura a construir/construída na empreitada da linha circular)	

Componentes	Finalidade do Investimento	Medidas
C15. Mobilidade Sustentável	Expansão da Rede de Metro do Porto – Casa da Música-Santo Ovídio	Estação Campo Alegre (subterrânea – <i>cut & cover</i>)
		Estação Candal (superfície)
		Estação Devesas (subterrânea de baixa profundidade – <i>cut & cover</i>)
		Estação Santo Ovídio (subterrânea de baixa profundidade – <i>cut & cover</i>)
		Estação Soares dos Reis (subterrânea)
		Estação VL8/Rotunda (superfície – eventualmente desnivelada)



A informação contida nesta *newsletter* tem caráter meramente informativo e particular, sendo divulgada aos seus destinatários como mera ferramenta auxiliar, não devendo nem podendo desencadear ou justificar qualquer ação ou omissão, nem sustentar qualquer operação, nem ainda substituir qualquer julgamento próprio dos seus destinatários, sendo estes, por isso, inteiramente responsáveis pelos atos e omissões que pratiquem. Assim e apesar de considerar que o conjunto de informações contidas nesta *newsletter* foi obtido junto de fontes consideradas fiáveis, nada obsta que aquelas possam, a qualquer momento e sem aviso prévio, ser alteradas pelo Banco Comercial Português, S.A. ("Millennium bcp"). As perspetivas e tendências indicadas nesta *newsletter* correspondem a declarações relativas ao futuro baseadas numa multiplicidade de pressupostos e, como tal, envolvem riscos, incertezas e outros fatores que poderão determinar que os resultados efetivos, desempenho ou a concretização de objetivos ou resultados do setor sejam substancialmente diferentes daqueles que resultam expressa ou tacitamente desta *newsletter*. Por conseguinte, não pode, nem deve, pois, o Millennium bcp garantir a exatidão, veracidade, validade e atualidade do conteúdo informativo que compõe esta *newsletter*, pelo que a mesma deverá ser sempre devidamente analisada, avaliada e atestada pelos respetivos destinatários. Neste sentido, o Millennium bcp não assume a responsabilidade por quaisquer eventuais danos ou prejuízos resultantes, direta ou indiretamente, da utilização da informação referida nesta *newsletter*, independentemente da forma ou natureza que possam vir a revestir. A reprodução desta *newsletter* não é permitida sem autorização prévia.

Millennium
bcp Empresas

91 850 45 04

93 050 45 04

96 150 41 26

(chamada para rede móvel nacional)

+351 21 004 24 24

chamada para rede fixa nacional)

Disponível todos os dias das 08h às 22h, hora de Portugal Continental. O custo das comunicações depende do tarifário acordado com o seu operador.

Banco Comercial Português, S.A., registado no BdP sob o nº 33; Sede: Praça D. João I, 28 4000-295 Porto; Capital Social: 3.000.000.000 euros; Número único de matrícula e de identificação fiscal: 501525882 (Conservatória do Registo Predial do Porto). Agente de Seguros registado com o nº 419527602, junto da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões - Data da Inscrição: 21/01/2019. Autorização para mediação de seguros dos Ramos Vida e Não Vida. Informações e outros detalhes do registo podem ser verificados em www.asf.pt. O Mediador não está autorizado a celebrar contratos de seguro em nome do Segurador nem a receber prémios de seguro para serem entregues ao Segurador. O Mediador não assume a cobertura dos riscos inerentes ao contrato do seguro, que são integralmente assumidos pelo Segurador.